



## *Conselho Nacional de Justiça*

### **EDITAL DE SELEÇÃO nº 01/2009**

O Conselho Nacional de Justiça torna público, para conhecimento dos interessados, o convite a Instituições de Ensino Superior e Instituições incumbidas regimental ou estatutariamente do ensino ou da pesquisa, públicas ou privadas, desde que sem fins lucrativos, a apresentarem propostas para realização de 5 (cinco) pesquisas a respeito do Poder Judiciário no Brasil nas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

A iniciativa permitirá ao Conselho Nacional de Justiça conjugar esforços com outras instituições para a realização de estudos e pesquisas de interesse comum sobre questões relevantes que possam contribuir efetivamente na formulação de políticas judiciárias

Serão celebrados instrumentos específicos para a participação financeira do CNJ em cada projeto, conforme a natureza jurídica da instituição selecionada, observando-se a legislação que disciplina a transferência de recursos públicos, notadamente o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e da Transparência nº 127, de 29 de maio de 2008, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e, no que couber, a disposição da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, além das demais normas federais pertinentes, conforme disciplinado a seguir

## 1 DO OBJETO

O presente Edital tem por objeto selecionar propostas para execução de 5 (cinco) pesquisas com o objetivo de aferir aspectos importantes a respeito do funcionamento do Poder Judiciário no Brasil. Esses estudos fornecerão subsídios para futuras ações no âmbito da política judiciária nacional. As pesquisas são as seguintes:

**1.1 Juizados Especiais e Turmas Recursais da Justiça Estadual:** exame a respeito de como o seu funcionamento e os *modi operandi* desses juízos podem evoluir para o atendimento mais efetivo de seus jurisdicionados. Além de analisar o funcionamento, a pesquisa se deterá na análise da estrutura operacional desses juizados e das suas turmas recursais e examinará a sua adequação para o atendimento e solução das crescentes demandas que lhes são direcionadas. Consideram-se os seguintes aspectos como imprescindíveis para a pesquisa:

- análise a respeito da adequação da competência dos juizados especiais estaduais;
- análise da questão da acumulação de funções de juizados, turmas recursais e varas pelos magistrados e servidores;
- levantamento do cumprimento e da liquidez na execução dos acordos e das sentenças, dimensionamento do quantitativo de recursos dessas decisões e do tempo médio de tramitação dos processos;
- estudo da adequação das instalações e dos recursos humanos e operacionais para atendimento ao jurisdicionado.

**1.2 Juizados Especiais e Turmas Recursais da Justiça Federal:** exame a respeito de como o funcionamento e os *modi operandi* desses juízos podem evoluir para o atendimento mais efetivo de seus jurisdicionados. Além de analisar o funcionamento, a pesquisa se deterá na análise da estrutura operacional desses juizados e das suas turmas recursais e examinará a sua adequação para o atendimento e solução das crescentes demandas que lhes são direcionadas. Consideram-se os seguintes aspectos como indispensáveis para a pesquisa:

- análise a respeito da adequação da competência dos juizados especiais federais;

- análise da questão da acumulação de funções de juizados, turmas recursais e varas pelos magistrados e servidores;
- levantamento do cumprimento e da liquidez na execução dos acordos e das sentenças, dimensionamento do quantitativo de recursos dessas decisões e do tempo médio de tramitação dos processos;
- estudo da adequação das instalações e dos recursos humanos e operacionais para atendimento ao jurisdicionado.

**1.3 Diagnóstico sobre as causas do progressivo aumento das demandas judiciais cíveis no Brasil, em especial das demandas repetitivas, bem como da morosidade da justiça civil.** Em função desse diagnóstico, o estudo deverá apontar possíveis soluções. A pesquisa deverá necessariamente conter:

- identificação das principais causas do aumento das demandas e da morosidade da Justiça Cível no Brasil;
- busca de possíveis alternativas para eliminação de algumas dessas causas dos conflitos e para evitar a judicialização dos mesmos por meio da criação de filtros que lhes reduzam a probabilidade de transformação em litígios.
- propostas de soluções processuais, organizacionais e de gerenciamento para enfrentar a defasagem entre processos entrados e julgados;
- sugestões de soluções pré-processuais, obtidas pela utilização dos chamados meios alternativos de resolução de conflitos (mediação/conciliação/avaliação e etc.), por iniciativa do próprio Judiciário ou das organizações sociais.

**1.4 Inter-relações entre o processo administrativo e o judicial sob a perspectiva da segurança jurídica no plano da concorrência econômica e da eficácia da regulação pública.** A pesquisa deverá empreender estudo dos julgamentos no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e das decisões dos conselhos de diretores das agências reguladoras e acompanhar os casos em que houve recurso ao Poder Judiciário das

decisões proferidas no âmbito administrativo. Os seguintes elementos são imprescindíveis para a pesquisa:

- comparação das sentenças exaradas na Justiça e as deliberações na esfera administrativa, dimensionando os casos de decisões conflitantes;
- nas situações de coincidência, dever-se-á perfazer estudo do custo da demora para obtenção de decisão definitiva e dos problemas acarretados pela morosidade para as partes, a comunidade, os investidores e demais interessados;
- nas hipóteses de decisões conflitantes, além do custo da demora anteriormente mencionado, analisar-se-ão o impacto da insegurança jurídica nos mesmos atores e as repercussões na atividade econômica da região e do país.
- Em função dos resultados obtidos nesse exercício, apresentar-se-ão propostas a respeito de possíveis encaminhamentos para solucionar os problemas detectados.

#### **1.5 Inter-relações entre o processo administrativo e o judicial, a partir da identificação de contenciosos, cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa.**

A pesquisa deverá dimensionar o impacto desses contenciosos administrativos na demanda por serviços do Judiciário e as principais causas para o seu aumento, detendo-se, com particular ênfase, nos processos de execução fiscal. Também constarão como elementos indispensáveis desses estudos:

- O exame das provas constituídas nos processos administrativos que não são compulsoriamente aproveitadas no âmbito judicial;
- os problemas decorrentes desse não aproveitamento, tanto em termos de custo econômico quanto em termos de aumento da morosidade no regular trâmite processual;
- a conveniência e viabilidade de apreciação direta pelos tribunais de recursos de contenciosos administrativos.

## **2 DOS PROPONENTES ELEGÍVEIS**

2.1 Instituições de ensino superior e instituições incumbidas regimental ou estatutariamente do ensino ou da pesquisa, públicas ou privadas, desde que sem fins lucrativos.

2.2 Estão impedidas de participar desta Chamada Pública as pessoas jurídicas de direito privado que tenham finalidade lucrativa.

2.3 As entidades proponentes não poderão estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

2.4 Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

a) atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

b) prova de inscrição no CNPJ;

c) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

f) prova de regularidade com a Dívida Ativa da União;

g) Declaração expressa da instituição interessada, de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;

h) documento contendo endereço, fone, fax, e-mail e conta bancária em nome da entidade, constando o banco, o número da agência;

i) documentos pessoais do representante legal.

2.5 O estatuto da entidade deverá prever a realização de atividades que contemplem o objeto desta chamada.

### **3. DA PROPOSTA E DO PLANO DE TRABALHO**

3.1 Em conformidade com os modelos constantes nos Anexos deste Edital, a instituição interessada deverá apresentar sua proposta por meio das seguintes peças i) Proposta, propriamente dita; ii) Projeto Básico e, iii) Plano de Trabalho.

3.2 A instituição interessada poderá candidatar-se para o desenvolvimento de uma ou mais pesquisas apresentadas no item 1 do presente Edital. Para cada pesquisa deverão ser apresentados as peças indicadas no item 3.1.

3.3 O Plano de Trabalho incluirá, no mínimo:

I - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos; a relação entre a proposta apresentada e o objeto descrito em um dos itens 1.1 a 1.5, o problema a ser pesquisado e os resultados esperados;

II - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto;

III - descrição completa do objeto a ser executado;

IV - definição das etapas ou fases da execução;

V - cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso; e

VI - plano de aplicação dos recursos, se for o caso.

3.4 Caso haja irregularidades ou imprecisões no Plano de Trabalho, estas serão comunicadas aos proponentes selecionados e deverão ser sanadas no prazo de 7 (sete) dias.

3.5 A ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado será interpretada como desistência.

### 3.6 Dos Recursos Humanos e Perfil dos Profissionais

3.6.1 – A instituição interessada deverá destinar para o desenvolvimento da pesquisa, no mínimo, os seguintes profissionais:

Formação	Nº Mínimo	Qualificação
Coordenador com nível de doutorado.	01	Experiência consolidada na coordenação de projetos, realização de pesquisas e estudos na área sócio-jurídica, comprovada mediante apresentação de curriculum LATTES.
Pesquisadores especialistas ou mestres.	02	Experiência no desenvolvimento de projetos, realização de pesquisas e estudos.

3.6.2 A instituição proponente deverá encaminhar Curriculum Vitae de cada um dos integrantes da equipe de pesquisa, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.

3.6.3 Os profissionais indicados devem firmar compromisso da plena atuação ao longo do desenvolvimento do projeto. A eventual substituição poderá ser feita desde que devidamente justificada e por outro especialista com igual ou superior formação e experiência.

3.6.4 É vedada a participação de menores e de estagiários nas atividades relacionadas à consecução das pesquisas propostas.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

4.1 As propostas deverão ser assinadas pelo representante legal da instituição proponente e entregues em papel e em meio eletrônico (CD-ROM).

4.2 O encaminhamento das propostas deverá ser feito sob a referência:

“EDITAL DE SELEÇÃO Nº 01/2009”  
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)  
Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)  
SEPN – Quadra 514 – Lote 07 – Bloco B – Edifício Instituto Serzedello Corrêa – Asa Norte  
Brasília – DF. CEP: 70.760-542.

#### **5. DO CRONOGRAMA DE RECEBIMENTO, SELEÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS**

Fase	Atividade	períodos
1.	Recebimento de Propostas	<b><u>Até o dia 17 de dezembro de 2009</u></b>
2.	Análise das Propostas e divulgação do resultado	<b><u>Até o dia 28 de dezembro</u></b>



## **6. DA ANÁLISE E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.1 As propostas serão analisadas por comissão designada e contará com apoio especializado do Conselho Consultivo do DPJ, sob os seguintes aspectos: (i) análise documental; (ii) análise de conteúdo, em conformidade com o Anexo IV.

## **7. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

A relação das propostas selecionadas será divulgada no Diário da Justiça Eletrônico e no seguinte sítio da rede mundial de computadores: <http://www.cnj.jus.br/>.

## **8. DA FORMALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS**

A parceria entre o CNJ e a instituição selecionada será formalizada por meio de instrumento legal adequado à natureza jurídica da instituição, observando-se sempre a legislação aplicável e o interesse do CNJ.

8.2 A celebração do instrumento legal para formalização do acordo conforme a natureza jurídica da instituição escolhida está sujeita a:

- 1) manifestação de concordância da instituição selecionada em promover os ajustes previamente indicados pelo CNJ no projeto básico e plano de trabalho, caso sejam necessários;
- 2) apresentação de documentos necessários listados no item 2.4.

## **9. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

9.1 O valor máximo a ser custeio pelo CNJ, por pesquisa, será de até R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais), totalizando o valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões reais);

9.2 Os recursos para custeio das pesquisas no presente exercício estão consignados na dotação orçamentária do CNJ, conforme se vê:

Programa: 1389 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Poder Judiciário.

Ação: 2B66 – Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário.

## **10. DOS ITENS CUSTEADOS**

Poderão ser custeadas as despesas diretamente relacionadas ao objeto e às atividades da proposta, tais como:

- material de consumo relacionados às atividades do projeto;
- passagens aéreas adquiridas na classe econômica e tarifa promocional para missões de estudos e pesquisas relacionadas às atividades do projeto;
- serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica).

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **11.1 Do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**

I – custear as pesquisas a serem contratadas por meio de transferência de recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso constante do instrumento;

II – acompanhar e controlar a execução do objeto diretamente ou por delegação de competência a membros ou servidores do Poder Judiciário;

III – exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas;

IV - assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte em paralisação de modo a evitar a sua descontinuidade;

V – exercer função gerencial fiscalizadora dentro do prazo regulamentar de execução/prestação de contas do instrumento a ser celebrado com a instituição selecionada, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do instrumento jurídico firmado com a instituição vencedora;

## **11.2 DA INSTITUIÇÃO SELECIONADA**

I – destinar os recursos em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado;

II – entregar os produtos e relatórios constantes do instrumento, nos prazos e condições ali estabelecidos

III –prestar contas, nos termos da legislação de regência;

IV – manter à disposição do CNJ e dos órgãos de Controle Interno e Externo, em ordem adequada, em sua sede, os documentos de despesas emitidos em seu nome e identificados com o numero do instrumento jurídico celebrado com o CNJ.

V – garantir o livre acesso de servidores do CNJ e do Sistema de Controle Interno e Externo ao qual esteja subordinado o CNJ, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o instrumento jurídico firmado com a instituição vencedora, quando em missão técnica, fiscalização ou de auditoria;

VI – manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, em instituição financeira controlada pela União e indicada no Plano de Trabalho, efetuando saques somente para pagamento das despesas decorrentes da execução do objeto do instrumento jurídico celebrado com o CNJ, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro, salvo quando integrante da conta única do Governo Federal;

VII – restituir ao Conselho Nacional de Justiça o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:

1. quando não for executado a pesquisa;
2. quando não forem apresentadas as prestações de contas parciais ou final, no prazo estipulado;
3. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no instrumento jurídico firmado com a instituição vencedora.

VIII – efetuar as eventuais restituições e / ou recolhimento de recursos mediante recolhimento a favor do CNJ.

## **12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

12.1 Os instrumentos jurídicos celebrados com as instituições selecionadas terão vigência de até 9 (nove) meses e poderão ser prorrogados por, no máximo, 3 meses, no interesse das partes.

12.2 O instrumento jurídico poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

## **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada Pública poderão ser solicitados por meio do endereço eletrônico: [dpi@cni.jus.br](mailto:dpi@cni.jus.br) assunto: CHAMADA PÚBLICA – EDITAL Nº 01/2009 ou pele telefones: (61) 3217-4986/ (61) 3217-4546;

13.2 Em qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas desta Chamada Pública, deverá ser feita, necessariamente, menção expressa ao CNJ.

13.3 Resultados, opiniões, conclusões ou recomendações oriundas da atividade desenvolvida serão de exclusiva responsabilidade da instituição selecionada e poderão, não necessariamente, representar ponto de vista do CNJ.

13.4 A Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por motivo de interesse do CNJ ou exigência legal, sem que isso implique direito ao proponente ou reclamação de qualquer natureza.

13.5 O CNJ reserva-se no direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas neste Edital.

13.6 Fica estabelecido o foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para dirimir questões oriundas da execução do presente Edital.

Brasília, 16 de novembro de 2009

**RUBENS CURADO SILVEIRA**  
Juiz do Trabalho  
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça

## ANEXOS DO EDITAL DE SELEÇÃO nº 01/2009

### ANEXO I PROJETO BÁSICO

#### 1. DAS JUSTIFICATIVAS

1.1 As cinco pesquisas detalhadas no presente Projeto Básico têm por objetivo principal dotar o Conselho Nacional de Justiça de informações precisas a respeito de aspectos importantes sobre o funcionamento do Poder Judiciário no Brasil. O conhecimento mais fidedigno da realidade da Justiça Brasileira é pré-requisito fundamental para a formulação de políticas públicas mais efetivas e em sintonia com as aspirações dos usuários. Os estudos propostos derivaram de deliberação no âmbito do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) e se inserem nos principais objetivos delineados no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, bem como nas linhas de pesquisas do DPJ.

#### 1.2 Juizados Especiais e Turmas Recursais da Justiça Estadual.

1.2.1 A Lei nº 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Estaduais, estabeleceu determinadas competências com vistas a proporcionar uma justiça mais acessível e célere às partes, caracterizada por menor rigor formal e capaz de estar presente em regiões onde antes o acesso era restrito.

1.2.2 Apesar do objetivo de conferir maior celeridade processual, os dados do Relatório *Justiça em Números* do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ evidenciam o crescente aumento de demanda nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, aliado ao reduzido número de magistrados que atuam nesses órgãos. Como consequência, observa-se elevação dos processos pendentes de julgamento nessas instâncias e, em decorrência, maior demora na prestação jurisdicional.

1.2.3 Nesse sentido, revela-se importante o desenvolvimento de pesquisa com o intuito de levantar dados a respeito da atuação dos Juizados Especiais Estaduais e das Turmas Recursais, com análise a respeito da adequação de suas estruturas de funcionamento e dos seus *modi operandi* para satisfatoriamente atender aos fins a que se destinam. A pesquisa guarda estrita correlação com as competências e atribuições do CNJ e com os propósitos delineados no “II Pacto Republicano por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo”, cujos dispositivos prevêm explicitamente “acesso universal à justiça, especialmente dos mais necessitados”.

### **1.3 Juizados Especiais e Turmas Recursais da Justiça Federal.**

1.3.1 A Lei nº 10.259/2001, que criou os Juizados Especiais Federais, estabeleceu determinadas competências com vistas a proporcionar uma justiça mais acessível e célere às partes, caracterizada por menor rigor formal e capaz de estar presente em regiões onde antes o acesso era restrito.

1.3.2 Apesar do objetivo de conferir maior celeridade processual, os dados do Relatório *Justiça em Números* do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ evidenciam o crescente aumento de demanda nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, aliado ao reduzido número de magistrados que atuam nesses órgãos. Como consequência, observa-se uma elevação dos processos pendentes de julgamento nessas instâncias e, em decorrência, maior demora na entrega da prestação jurisdicional.

1.3.3 Torna-se, portanto, importante o desenvolvimento de pesquisa com o intuito de levantar dados a respeito da atuação dos Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais, com análise a respeito da adequação de suas estruturas de funcionamento e dos seus *modi operandi* para satisfatoriamente atender aos fins a que se destinam. A pesquisa guarda estrita correlação com as competências e atribuições do CNJ e com os propósitos delineados no “II Pacto Republicano por um

Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo”, cujos dispositivos prevêm explicitamente “acesso universal à justiça, especialmente dos mais necessitados”.

#### **1.4 Diagnóstico sobre as várias causas do progressivo aumento do número de demandas judiciais, em especial das demandas repetitivas, e da crônica morosidade da justiça**

1.4.1 Apesar do relativo consenso no que se refere à existência da morosidade da Justiça, pouco se sabe sobre as causas dessa situação, sobre o peso relativo de diferentes fatores explicativos ou como um ganho em determinado aspecto pode contribuir para aumentar a celeridade processual. Assim, embora se sustente que o número de juízes no país seja insuficiente, há relativo desconhecimento a respeito da correlação entre número de magistrados, o volume de processos e o seu tempo de tramitação.

1.4.2 Em função desse panorama, é importante investigar como as diferentes formas de gerenciamento de processos, de varas e de tribunais interferem no prazo das decisões e quais variáveis explicativas mais influenciam a celeridade da prestação jurisdicional. Igualmente relevante é a investigação das causas do número cada vez maior de demandas judiciais e das conseqüências desse volume crescente na celeridade da prestação jurisdicional.

1.4.3 As respostas para essas questões contribuirão de maneira significativa para diagnóstico mais completo e preciso a respeito de quais são as variáveis com maior impacto na morosidade do Poder Judiciário e sobre qual a influência de cada uma na prestação jurisdicional. A análise também fornecerá relevantes subsídios para formulação de políticas judiciárias mais direcionadas e efetivas para solução dos problemas apontados.

#### **1.5 Inter-relações entre o processo administrativo e o judicial sob a perspectiva da segurança jurídica no plano da concorrência econômica e da eficácia da regulação pública.**



1.5.1 A atuação das agências reguladoras e dos órgãos brasileiros de defesa da concorrência e suas interfaces com o Poder Judiciário têm dois fatores explicativos fundamentais como pano de fundo.

1.5.2 Primeiramente, a Constituição Federal de 1988, que gerou, por um lado, aumento significativo dos direitos e garantias dos agentes sócio-econômicos, e, por outro, elevou o poder de interferência do Estado na economia. Segundo, o controle da inflação, o processo de abertura da economia e o movimento de privatizações dos anos 90, que inauguram nova forma de atuação do Estado na economia, em que suas funções enquanto explorador direto da atividade econômica reduz-se a casos isolados e passam a ganhar relevo suas atribuições enquanto agente normativo-regulador. Nessas funções, assume especial importância o estímulo à concorrência econômica como mecanismo de incentivo à diminuição de preços e de tarifas e de incremento qualitativo dos produtos e serviços ofertados.

1.5.3 Essas duas dimensões do novo papel do Estado na economia a partir dos anos 90, explicam o aumento das funções desempenhadas pelas agências reguladoras, bem como a atuação mais efetiva dos órgãos de defesa da concorrência e, conseqüentemente, o incremento no número de suas decisões e de seu poder normativo-regulador. As agências reguladoras atuam principalmente em setores de infra-estrutura básica, estrategicamente importantes para o desenvolvimento econômico, com utilização por diversos segmentos da cadeia produtiva. Os órgãos de defesa da concorrência, por sua vez, proferem decisões no âmbito de processos com impacto direto nas atividades de mercado e, portanto, suas deliberações também podem gerar significativas conseqüências em diversas outras atividades econômicas. Como as deliberações dos órgãos de regulação e de defesa da concorrência geram significativos efeitos em diversos agentes econômicos com atuação nos mais variados setores, e em função do fato do acesso ao Judiciário ter sido facilitado com o advento da Carta Magna de 1988, as decisões dessas instituições têm gerado significativas contestações judiciais.

1.5.4 Se por um lado não se pode impedir o recurso ao Poder Judiciário em virtude de mandamentos constitucionalmente estabelecidos, por outro, o excessivo volume de recursos em setores regulados e em decisões de caráter administrativo geram custos substanciais tanto em termos de morosidade até a decisão final, quanto em termos de insegurança jurídica para os investidores e os agentes atuantes no mercado. A insegurança do arcabouço regulatório, por sua vez, atua como elemento refratário aos investimentos produtivos, tão importantes em setores regulados, prejudicando, portanto, o próprio desenvolvimento sócio-econômico.

1.5.5 Em virtude do exposto, faz-se necessário dimensionar, conhecer e estudar o impacto, os problemas e as disfunções geradas por decisões na esfera da regulação e da defesa da concorrência no âmbito administrativo que são recorrentemente reapreciadas no curso de processos judiciais. Esse esforço é essencial para que se possa avaliar e propor possíveis encaminhamentos alternativos para mitigar ou solucionar os efeitos nefastos dessa freqüente reavaliação judicial de questões já decididas administrativamente.

## **1.6 Inter-relações entre o processo administrativo e o judicial, a partir da identificação de contenciosos, cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa.**

1.6.1 Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Judiciário tem aumentado consideravelmente sua influência sobre a forma como o Estado brasileiro regula a atividade econômica e a sociedade. Esse processo teve dupla consequência. De um lado, gerou carga adicional de trabalho, que contribui para congestionar o Judiciário e, em boa medida, explica a morosidade com que opera. De outro, as decisões judiciais passaram a ter maior importância sobre a forma como as empresas desenvolvem suas atividades e a sociedade se organiza. Isso significa que a Justiça exerce um papel muito mais amplo na configuração do modelo sócio-econômico que vem sendo implantando no País desde os anos 1990 do que se poderia imaginar. Em particular,

esse papel tem crescido de forma relativamente autônoma, sem uma coordenação mais clara com as demais transformações do modelo sócio-econômico.

1.6.2 Uma das facetas dessa realidade é que se observa, atualmente, progressivo aumento de recursos ao Poder Judiciário de decisões proferidas por entes administrativos. Há indicações de que reformas no sentido de limitar o papel da Justiça na solução desses conflitos administrativos poderiam ter significativo efeito sobre a eficiência do Judiciário, permitindo-lhe, conseqüentemente, debruçar-se sobre os casos mais diretamente pertinentes à sua esfera de atividade.

1.6.3 Ainda não resta suficientemente claro se o crescente papel desempenhado pelo Poder Judiciário deriva de iniciativa própria ou da falta de confiança na atuação do Poder Executivo. Independentemente de sua origem, entretanto, esse processo precisa ser bem compreendido, pois, a despeito de sua grande importância, tem sido escassamente estudado, pouco se conhecendo sobre suas causas e conseqüências.

1.6.4 Ademais, constitui evidência palmar a ineficácia da cobrança dos créditos fiscais pela desarticulação entre os processos administrativos e judiciais e pela aparentemente excessiva demanda por serviços judiciais no processo de execução fiscal. Como resultado, a cobrança da dívida ativa de todos os entes federativos apresenta baixíssima liquidez. Trata-se, portanto, de tema que reclama estudos que possam elucidar as causas do problema e apontar alternativas de solução.

## 2. DO OBJETO

Selecionar propostas para execução de 5 (cinco) pesquisas destinadas a aferir aspectos importantes a respeito do funcionamento do Poder Judiciário no Brasil. As pesquisas são as seguintes:

2.1 **Juizados Especiais e Turmas Recursais da Justiça Estadual**: exame a respeito de como o seu funcionamento e modus operandi pode evoluir para o atendimento mais efetivo de seus jurisdicionados. A pesquisa se deterá na análise da estrutura operacional desses juizados e examinará a sua adequação para o atendimento e solução das crescentes demandas que lhes são direcionadas. Consideram-se os seguintes aspectos como imprescindíveis para a pesquisa:

- análise a respeito do possível excesso de competência dos juizados especiais estaduais e dos possíveis problemas decorrentes da acumulação de funções pelos magistrados e servidores;
- levantamento do índice de cumprimento e de liquidez na execução dos acordos e das sentenças, dimensionamento do quantitativo de recursos dessas decisões e do tempo médio de tramitação dos processos;
- estudo da adequação das instalações e dos recursos humanos e operacionais para atendimento do jurisdicionado.

2.2 **Juizados Especiais e Turmas Recursais da Justiça Federal**: exame a respeito de como o seu funcionamento e modus operandi pode evoluir para o atendimento mais efetivo de seus jurisdicionados. A pesquisa se deterá na análise da estrutura operacional desses juizados e examinará a sua adequação para o atendimento e solução das crescentes demandas que lhes são direcionadas. Consideram-se os seguintes aspectos como indispensáveis para a pesquisa:

- análise a respeito do possível excesso de competência dos juizados especiais federais e dos possíveis problemas decorrentes da acumulação de funções pelos magistrados e servidores;
- levantamento do índice de cumprimento e de liquidez na execução dos acordos e das sentenças, dimensionamento do quantitativo de recursos dessas decisões e do tempo médio de tramitação dos processos;
- estudo da adequação das instalações e dos recursos humanos e operacionais para atendimento do jurisdicionado.

2.3 **Diagnóstico sobre as várias causas do progressivo aumento do número de demandas judiciais, em especial das demandas repetitivas, e da crônica morosidade da justiça.** Em função desse diagnóstico, o estudo deverá apontar possíveis soluções, cujo conteúdo deverá necessariamente conter:

- propostas de soluções processuais, organizacionais e de gerenciamento para enfrentar a defasagem entre processos entrados e julgados;
- sugestões de soluções pré-processuais, obtidas pela utilização dos chamados meios alternativos de resolução de conflitos (mediação/conciliação/avaliação e etc.), por iniciativa do próprio Judiciário ou das organizações sociais.
- identificação de possíveis alternativas para eliminação de algumas das causas dos conflitos, evitando-se a sua judicialização e buscando-se a criação de filtros que evitem ou ao menos reduzam a transformação deles em demandas judiciais.

2.4 **Inter-relações entre o processo administrativo e o judicial sob a perspectiva da segurança jurídica no plano da concorrência econômica e da eficácia da regulação pública.** A pesquisa deverá empreender estudo dos julgamentos no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e das decisões dos conselhos de diretores das agências reguladoras e acompanhar os casos em que houve recurso ao Poder Judiciário das decisões proferidas no âmbito administrativo. Os seguintes elementos são imprescindíveis para a pesquisa:

- comparação das sentenças exaradas na Justiça e as deliberações na esfera administrativa, dimensionando os casos de decisões conflitantes;
- nas situações de coincidência, dever-se-á perfazer estudo do custo da demora para obtenção de decisão definitiva e dos problemas acarretados pela morosidade para as partes, a comunidade, os investidores e demais interessados;
- nas hipóteses de decisões conflitantes, além do custo da demora anteriormente mencionado, analisar-se-ão o impacto da insegurança jurídica nos mesmos atores e as repercussões na atividade econômica da região e do país.
- Em função dos resultados obtidos nesse exercício, apresentar-se-ão propostas a respeito de possíveis encaminhamentos para solucionar os problemas detectados.

**2.5 Inter-relações entre o processo administrativo e o judicial, a partir da identificação de contenciosos, cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa.**

A pesquisa deverá dimensionar o impacto desses contenciosos administrativos na demanda por serviços do judiciário e as principais causas para o seu aumento, detendo-se, com particular ênfase, nos processos de execução fiscal. Também constarão como elementos indispensáveis desses estudos:

- O exame das provas constituídas nos processos administrativos que não são compulsoriamente aproveitadas no âmbito judicial;
- os problemas decorrentes desse não aproveitamento, tanto em termos de custo econômico quanto em termos de aumento da morosidade no regular trâmite processual;
- a conveniência e viabilidade de apreciação direta pelos tribunais de recursos de contenciosos administrativos.

### **3. DO ESCOPO, DAS FASES E DOS PRODUTOS DE CADA PESQUISA**

3.1 Os projetos de pesquisas apresentados deverão seguir as orientações constantes no item 2 do presente “Projeto Básico”.

3.2 A instituição responsável pela primeira pesquisa atuará no desenvolvimento de estudo para examinar em que medida a atual infra-estrutura, o funcionamento e o

modus operandi dos **Juizados Especiais Estaduais e Turmas Recursais** pode evoluir para o atendimento mais efetivo de seus jurisdicionados, observando-se as fases seguintes:

Fase	Descrição	Atividades
1	Planejamento, estudos prévios sobre o tema da pesquisa e definição da amostra	<p>- <b>Ações:</b> Levantamento bibliográfico e documental sobre o tema objeto do edital, especialmente as pesquisas já realizadas na área. Descrição mais detalhada possível do fenômeno judiciário a ser investigado, inclusive observando-se os enfoques explicitados no objeto do presente edital; definição da metodologia, do universo, da amostra e dos instrumentos de coleta de dados, definição do(s) sistema informatizado (s) para a formação da base de dados (se couber).</p> <p>- <b>Produto:</b> Projeto de planejamento da pesquisa com base no Projeto Básico, indicando os elementos constantes no item anterior, com cronograma detalhando todas as fases da pesquisa e com texto resumindo as pesquisas anteriormente realizadas na literatura e suas principais conclusões e resultados.</p>
2	Levantamento de dados	<p>- <b>Ações:</b> Treinamento da equipe de coleta de dados (se necessário), levantamento de dados para conhecimento da realidade da estrutura dos juizados especiais estaduais e turmas recursais, envolvendo a estrutura física e operacional, recursos materiais, humanos e financeiros, principais gargalos operacionais e demais dados relacionados ao objeto do presente projeto básico, conforme pré-definido no planejamento da pesquisa.</p>

		- <b>Produto:</b> Relatório Preliminar com os dados colhidos e análise crítica a respeito da consistência dos mesmos
3	Tabulação e análise dos dados e apresentação dos resultados da pesquisa	<b>Ações:</b> Análise dos dados coletados e tabulados com as principais conclusões e resultados.  - <b>Produto:</b> Relatório Final da Pesquisa e apresentação das principais conclusões e resultados em seminário promovido pelo DPJ em data a ser definida.

3.3 A instituição contratada para a segunda pesquisa atuará no desenvolvimento de estudo para examinar em que medida a atual infra-estrutura, o funcionamento e o *modus operandi* dos **Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais** pode evoluir para o atendimento mais efetivo de seus jurisdicionados, observando-se as fases seguintes:

Fase	Descrição	Atividades
1	Planejamento, estudos prévios sobre o tema da pesquisa e definição da amostra	- <b>Ações:</b> Levantamento bibliográfico e documental sobre o tema objeto do edital, especialmente as pesquisas já realizadas na área. Descrição mais detalhada possível do fenômeno judiciário a ser investigado, inclusive observando-se os enfoques explicitados no objeto do presente edital; definição da metodologia, do universo, da amostra e dos instrumentos de coleta de dados, definição do(s) sistema informatizado (s) para a formação da base de dados (se couber).



		<p>- <b>Produto:</b> Projeto de planejamento da pesquisa com base no Projeto Básico, indicando os elementos constantes no item anterior, com cronograma detalhando todas as fases da pesquisa e com texto resumindo as pesquisas anteriormente realizadas na literatura e suas principais conclusões e resultados.</p>
2	Levantamento de dados	<p>- <b>Ações:</b> Treinamento da equipe de coleta de dados (se necessário), levantamento de dados para conhecimento da realidade da estrutura dos juizados especiais estaduais e turmas recursais, envolvendo a estrutura física e operacional, recursos materiais, humanos e financeiros, principais gargalos operacionais e demais dados relacionados ao objeto do presente projeto básico, conforme pré-definido no planejamento da pesquisa.</p> <p>- <b>Produto:</b> Relatório Preliminar com os dados colhidos e análise crítica a respeito da consistência dos mesmos</p>
3	Tabulação e análise dos dados e apresentação dos resultados da pesquisa	<p><b>Ações:</b> Análise dos dados coletados e tabulados com as principais conclusões e resultados.</p> <p>- <b>Produto:</b> Relatório Final da Pesquisa e apresentação das principais conclusões e resultados em seminário promovido pelo DPJ em data a ser definida.</p>

--	--	--

3.4 A instituição contratada para a terceira pesquisa atuará no desenvolvimento de estudo sobre **as causas da morosidade da Justiça Cível brasileira** e suas soluções. Para tanto, seguirá as seguintes fases:

<b>Fase 1 – Análise Quantitativa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Atividades</b>
1.1	Planejamento, estudos prévios sobre o tema da pesquisa e definição da amostra	<p>- <b><u>Ações:</u></b> Levantamento bibliográfico e documental sobre o tema objeto do edital, especialmente as pesquisas já realizadas na área, descrição mais detalhada possível do fenômeno judiciário a ser investigado; definição da metodologia, do universo e da amostra, bem como dos instrumentos de coleta de dados, definição do(s) sistema informatizado (s) para a formação da base de dados (se couber).</p> <p>- <b><u>Produto:</u></b> Projeto de planejamento da pesquisa com base no Projeto Básico, indicando os elementos constantes no item anterior, com cronograma detalhando todas as fases da pesquisa e com texto resumindo as pesquisas anteriormente realizadas na literatura e suas principais conclusões e resultados.</p>
1.2	Levantamento, tabulação e análise dos dados	<p>- <b><u>Ações:</u></b> Treinamento da equipe de coleta de dados (se couber), levantamento de dados a respeito das maiores demandas ajuizadas na justiça cível brasileira e das maiores demandas repetitivas. Catalogação dessas demandas de acordo com diversas variáveis, como, por exemplo, tipo de processo, área do direito, características das partes, objeto da lide. Análise dos dados coletados e tabulados com as principais conclusões e resultados.</p>

		- <b>Produto:</b> Relatório da Fase 1 e apresentação das principais conclusões e resultados.
--	--	--

<b>Fase 2 – Avaliação das Possíveis Soluções Processuais e Pré- Processuais</b>	<b>Descrição</b>	<b>Atividades</b>
2.1	Planejamento, estudos prévios sobre o tema da pesquisa e definição da amostra	<p>- <b>Ações:</b> Com base no levantamento da fase 1, escolha de alguns tipos de processos e algumas varas e tribunais para um exame mais detido das causas do progressivo aumento das demandas na justiça cível no Brasil. Análise das soluções processuais, organizacionais e de gerenciamento para aumentar a celeridade e a eficiência nos julgamentos, responsáveis por conferir maior vazão aos processos em tramitação na justiça. Exame das soluções pré-processuais, que preconizam a utilização de meios alternativos para solução de conflitos, que podem resolver controvérsias antes da instauração do litígio, servindo como filtros para entrada de lides no Poder Judiciário.</p> <p>- <b>Produto:</b> Projeto de planejamento da fase 2 da pesquisa com indicação dos elementos constantes no item anterior, com cronograma detalhando todas as etapas desta fase da pesquisa.</p>
2.2	Levantamento, tabulação e análise dos dados	- <b>Ações:</b> Treinamento da equipe de coleta de dados (se couber), levantamento de dados e de informações a respeito das possíveis soluções processuais, organizacionais e de gerenciamento

		<p>para aumentar a celeridade e a eficiência nos julgamentos nas varas e tribunais. Levantamento de dados e informações sobre possíveis soluções pré-processuais de meios alternativos para solução de conflitos. Análise dos dados coletados e tabulados com as principais conclusões e resultados.</p> <p>- <b><u>Produto:</u></b> Relatório da Fase 2.</p>
--	--	---

<b>Fase 3 – Seminários e Workshops com Grupos Focais itens</b>	<b>Descrição</b>	<b>Atividades</b>
3.1	Seminário e Workshops com grupos Focais	<p>- <b><u>Ações:</u></b> Apresentação e debate da pesquisa em seminário e workshops com grupos focais para discutir os dados constantes dos relatórios das fases 1 e 2.</p> <p>- <b><u>Produto:</u></b> Relatório Final contendo as sínteses das discussões do seminário e dos workshops, bem como as principais conclusões a respeito do relatório final da pesquisa, à luz dos debates dos workshops e seminários.</p>

3.5 A instituição responsável pela quarta pesquisa atuará no desenvolvimento de estudo sobre as **inter-relações entre o processo administrativo e o judicial sob a perspectiva da segurança jurídica no plano da concorrência econômica e da eficácia da regulação pública**. Para tanto, seguirá as seguintes fases:

Fases	Descrição	Atividades
1	Planejamento, estudos prévios sobre o tema da pesquisa e definição da amostra	<p>- <b>Ações:</b> Levantamento bibliográfico e documental sobre o tema objeto do edital, especialmente as pesquisas já realizadas na área. Descrição mais detalhada possível do fenômeno judiciário a ser investigado, inclusive observando-se os enfoques explicitados no objeto do presente edital; definição da metodologia, do universo, da amostra e dos instrumentos de coleta de dados, definição do(s) sistema informatizado (s) para a formação da base de dados (se couber).</p> <p>- <b>Produto:</b> Projeto de planejamento da pesquisa com base no Projeto Básico, indicando os elementos constantes no item anterior, com cronograma detalhando todas as fases da pesquisa e com texto resumindo as pesquisas anteriormente realizadas na literatura e suas principais conclusões e resultados.</p>
2	Levantamento de dados	<p>- <b>Ações:</b> Treinamento da equipe de coleta de dados (se necessário), levantamento de dados e de informações a respeito das decisões proferidas administrativamente no âmbito do CADE e dos Conselhos Diretores das Agências Reguladoras; levantamento de dados sobre recursos judiciais dessas decisões.</p> <p>- <b>Produto:</b> Relatório Preliminar com os dados colhidos e análise crítica a respeito da consistência dos mesmos</p>
3	Tabulação e	

	análise dos dados e apresentação dos resultados da pesquisa	<p><b>Ações:</b> Análise dos dados coletados e tabulados com as principais conclusões e resultados.</p> <p>- <b>Produto:</b> Relatório Final da Pesquisa e apresentação das principais conclusões e resultados em seminário promovido pelo DPJ em data a ser definida.</p>
--	---	--

3.6 A instituição responsável pelo desenvolvimento de pesquisa sobre **as inter-relações entre o processo administrativo e o judicial, a partir da identificação de contenciosos cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa** obedecerá as seguintes fases:

Fases	Descrição	Atividades
1	Planejamento, estudos prévios sobre o tema da pesquisa e definição da amostra	<p>- <b>Ações:</b> Levantamento bibliográfico e documental sobre o tema objeto do edital, especialmente as pesquisas já realizadas na área. Descrição mais detalhada possível do fenômeno judiciário a ser investigado, inclusive observando-se os enfoques explicitados no objeto do presente edital; definição da metodologia, do universo, da amostra e dos instrumentos de coleta de dados, definição do(s) sistema informatizado (s) para a formação da base de dados (se couber).</p> <p>- <b>Produto:</b> Projeto de planejamento da pesquisa com base no Projeto Básico, indicando os elementos constantes no item anterior, com cronograma detalhando todas as fases da pesquisa e com texto resumindo as pesquisas anteriormente realizadas na literatura e suas principais conclusões e resultados.</p>

2	Levantamento de dados	<p>- <b>Ações:</b> Treinamento da equipe de coleta de dados (se necessário), levantamento de dados e informações identificando os contenciosos judiciais cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa. Dimensionamento do impacto desses contenciosos administrativos na demanda por serviços do Poder Judiciário e do montante dos recursos judiciais de processos administrativos de execução fiscal.</p> <p>- <b>Produto:</b> Relatório Preliminar com os dados colhidos e análise crítica a respeito da consistência dos mesmos</p>
3	Tabulação e análise dos dados e apresentação dos resultados da pesquisa	<p><b>Ações:</b> Análise dos dados coletados e tabulados com as principais conclusões e resultados.</p> <p>- <b>Produto:</b> Relatório Final da Pesquisa e apresentação das principais conclusões e resultados em seminário promovido pelo DPJ em data a ser definida.</p>

#### 4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

4.1 O proponente deverá definir o cronograma de execução do(s) projeto(s) de pesquisa a ser(em) desenvolvido(s), limitado o prazo de execução de até 9 (seis) meses, contado a partir da data da primeira liberação de recursos, e poderá ser prorrogada por, no máximo, 3 meses.

## 5. DA PROPOSTA E PLANO DE TRABALHO

5.1 O Plano de Trabalho conterá, no mínimo:

I - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos; a relação entre a proposta apresentada e o objeto descrito no item 1, o problema a ser pesquisado e os resultados esperados;

II - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto;

III - descrição completa do objeto a ser executado;

IV - descrição das metas a serem atingidas;

V - definição das etapas ou fases da execução;

VI - cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso; e

VII - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo CNJ e da contrapartida financeira do proponente, se for o caso.

## 6. DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS PARA A INSTITUIÇÃO VENCEDORA

6.1 A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e guardará consonância com as fases de execução da pesquisa sendo que **a primeira parcela não excederá o montante de 30% do valor total da pesquisa e deverá ser transferida após a entrega do produto constante da primeira fase de cada pesquisa.**

6.2 Para recebimento de cada parcela dos recursos, as instituições selecionadas deverão:



I - manter as mesmas condições exigidas no edital, em conformidade com a legislação de regência.

II - atender às exigências para contratação e pagamento previstas em legislação específica; e

III - estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

## **7. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 A execução da pesquisa será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo a instituição selecionada pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento jurídico firmado com o CNJ.

7.2 Os processos, documentos ou informações referentes à execução não poderão ser sonegados aos servidores do CNJ, bem como aos órgãos de controle interno e externo do Poder Judiciário.

7.3 Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores do CNJ e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Judiciário no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

## **8. DA METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

8.1 A execução do objeto será acompanhada por gestor especialmente designado pelo CNJ para esse fim, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

8.2 O gestor poderá, caso julgue necessário, submeter o produto previsto em cada fase à apreciação do Conselho Consultivo do DPJ;

19.2 A instituição selecionada apresentará produtos previstos em cada fase da pesquisa que será submetido à apreciação do gestor.

8.3 No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

III - o cumprimento do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

8.4 O CNJ comunicará à instituição selecionada sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, suspendendo, se for o caso, a transferência do recursos.

8.5 No prazo de dez dias a contar da notificação, o CNJ analisará as justificativas e emitirá parecer em igual prazo.

8.6 Em caso de dano, o CNJ realizará a apuração e comunicará o fato à instituição selecionada para que seja ressarcido o valor correspondente. O não atendimento das medidas saneadoras ensejará a instauração do processo adequado.

**ANEXO II  
PLANO DE TRABALHO**

**1. DADOS CADASTRAIS**

Órgão/Entidade Proponente				CNPJ	
Endereço					
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail	
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento		
Nome do Responsável				CPF	
CI/Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula		
Endereço				CEP	
Esfera Administrativa		<input type="checkbox"/> FEDERAL <input type="checkbox"/> ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL			
<input type="checkbox"/> MUNICIPAL <input type="checkbox"/> ESTADUAL					

**2. OUTROS PARTICIPES/INTERVENIENTE**

Nome do Responsável				CPF	
Endereço					
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail	
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento		
CI/Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula		

### 3. DESCRIÇÃO

<b>Título do Projeto</b> Indicar o título do projeto, programa ou evento a ser executado.	Período de Execução	
	Início	Término
<b>Identificação do Objeto</b> Descrever o produto final do projeto, programa ou evento.		
Responsável Técnico do Projeto		
Endereço	DDD/Telefone	E-mail
Autenticação Data: / /  _____ (assinatura e carimbo)		
<b>3.1 JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO</b> O proponente deverá demonstrar: <ul style="list-style-type: none"><li>• A caracterização dos interesses recíprocos;</li><li>• A relação entre a proposta apresentada e os objeto estipulado no Projeto Básico.</li><li>• O problema a ser resolvido e os resultados esperados;</li></ul>		

#### 3.2 Descrição Detalhada do Projeto de Pesquisa

--

### 4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Fase	Especificação	Indicador Físico e Financeiro		Valor		Duração	
		Unidade	Qtde.	Unitário	Total	Início	Término

### 5. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1.000,00)

Natureza da despesa		Total
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
Código	Especificação	
3390.30	Material de Consumo	
3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	
3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	

### 6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

fases	% de desembolso
1	30% do total
2	30% do total
3	40% do total
<b>Total</b>	<b>100%</b>

### 7. AUTENTICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Autenticação
Data: / /
_____
(assinatura e carimbo)

**ANEXO III**

**CURRICULUM VITAE**

**IDENTIFICAÇÃO, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA**

**NOME DA PROPONENTE:**

Nome do Técnico:

**Formação**

Instituição	Curso	Local	Ano de Conclusão

Ano	Artigos e Projetos de Pesquisa

Função básica no Projeto:

Tempo (horas/dias) dedicado ao Projeto:

Assinatura

## ANEXO IV

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A seleção das propostas será realizada por intermédio de análises e avaliações, conforme critérios abaixo discriminados, sendo atribuída nota entre 0 (zero) e 120 (cento e vinte) pontos:

<b>Crériterios</b>	<b>Pontuação Máxima</b>
1. Produção científica da equipe técnica	20
2. Adequação da proposta ao objeto da pesquisa	40
3. Adequação da metodologia e outros aspectos técnicos ao objeto da pesquisa	40
4. Adequação do orçamento e viabilidade do Plano de Trabalho	20
<b>Pontuação Final Máxima</b>	<b>120</b>

**ANEXO V**  
**MEMÓRIA DE CALCULO**

Relacionar todos os gastos necessários à realização do projeto.

**Material de Consumo**

Descrição dos Itens:	Finalidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

**Passagens e Despesas com Locomoção**

Viagens (Percurso)	Finalidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física**

Descrição dos serviços:	Finalidade	Nº de Horas Previstas	Valor Hora	Valor Total

**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

Descrição dos serviços:	Finalidade	Nº de Horas Previstas	Valor Hora	Valor Total



## **Gastos Consolidados**

<b>Gastos Consolidados</b>	<b>Total (R\$)</b>
Material de Consumo	
Passagens e Despesas com Locomoção	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
<b>Total Geral (R\$)</b>	